

Cavalaria e mundo cavaleiresco no reinado de D. Afonso V¹

Miguel Aguiar²
Universidade do Porto

Resumo

Com este artigo pretende-se expor as linhas essenciais da dissertação de mestrado a apresentar em junho de 2016. A referida investigação norteia-se por um conjunto de questões fundamentais: qual era a importância dos ideais cavaleirescos em Portugal, no final da Idade Média? Em que consistiam de facto esses 'ideais'? Como se estruturam os discursos em torno da cavalaria? Haveria de facto alguma ligação entre estes e o 'programa' do reinado de D. Afonso V?

Abstract

This article seeks to present the main ideas of my master thesis, which should be presented in June 2016. The referred investigation has a set of essential questions that should design the work: what was the importance of chivalric ideals in late medieval Portugal? What was the meaning of those ideals? How the discourses about chivalry were structured? There was any connection between those ideas and D. Afonso V ruling 'program'?

Entre 1438 e 1481, reinou em Portugal um monarca cuja imagem chegou, até aos nossos dias, através de múltiplos matizes. Desde herói cavaleiresco, cruzado 'tardio' e inepto estadista, a figura de D. Afonso V – e, por consequência, o reino de Portugal no seu tempo – foi-nos sendo apresentada à luz de interpretações frequentemente anacrónicas.³ Não raras vezes, a representação do passado foi toldada por quadros mentais demasiadamente alheios a essa época, cavando assim um irremediável afastamento face ao próprio objeto de estudo. Os debates, assim como as frustrações e anseios políticos de um tempo, foram projetados no campo da história; o *Africano*, por contraste ao precoce e maquiavélico *estadista* que teria sido o seu filho D. João II, figurava, em certa medida, como a personificação dos desmandos e da instabilidade política que prevalecia no Portugal contemporâneo.⁴

Também por isso, o epíteto de “rei-cavaleiro” acaba por comportar uma conotação negativa: a mesma que tem procurado evidenciar o apego que o monarca teria pelos altos feitos de armas, mesmo à custa do presente político.⁵ Para o final da

¹ Este texto foi originalmente apresentado sob o título “Cavaleiros e Cavalaria no reinado de D. Afonso V”. Foi assim posto à discussão no *VII Workshop de Estudos Medievais* um estudo que pretendia combinar uma dimensão político-ideológica com uma análise de âmbito sociológico. Nessa altura, contei com as preciosas críticas e sugestões do Professor Doutor Bernardo Vasconcelos e Sousa, e do meu colega e amigo Wilson Gomes, aos quais presto aqui o meu sincero agradecimento. No entanto, tal como se terá oportunidade de constatar nas páginas que agora se apresentam, a reflexão em torno da minha ideia de trabalho acabou por me conduzir, sobretudo por uma questão de exequibilidade no quadro de realização das atuais dissertações de mestrado, a tomar a opção de restringir a abordagem essencialmente às questões de âmbito ideológico.

² Contacto: miguelper.aguiar@gmail.com.

³ Veja-se a síntese crítica acerca desta literatura elaborada por Saul António Gomes, em *D. Afonso V* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), 24-31.

⁴ Refiro-me em particular aos escritos da segunda metade do século XIX e inícios do XX, muitas vezes dotados de um cunho marcadamente politizado.

⁵ “Afonso V foi um cavaleiro magnífico, fantasista na sua ambição, amador das artes, bravo soldado sem dotes de comando, péssimo estadista. Perdulário com a nobreza, desfez todo o trabalho paciente dos dois reinados anteriores e da regência.”, António Sérgio, *Breve Interpretação da História de Portugal* (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1998), 50. Armino de Sousa também escreveu que D. Afonso V manifestou um “apeço de grandes feitos e epopeias arcaicas à custa do presente e do pragmatismo governativo”, “1325-

Idade Média, e na senda dos escritos de Huizinga, as considerações em torno do complexo edifício cavaleiresco limitaram-se a considerar que este não passava de uma moda sem substância, de uma exibição e de um lirismo pomposos para os quais era difícil encontrar um sentido racionalmente justificável.⁶ É natural que o reputado historiador holandês assim os tenha considerado; escrevendo na ressaca de uma guerra que havia devastado a Europa, e para a qual desastrosamente tinham contribuído as quimeras militaristas e patrióticas da época dos impérios, todo o aparato em torno da ‘vã’ exibição aparatosa dos cavaleiros tardo-medievos haveria de parecer coisa sem substância.⁷

Pouco aceitável parecer ser, contudo, a maneira como tal perspetiva se foi mantendo, figurando como um dado adquirido sem merecer qualquer questionamento ou reflexão. Não querendo com isto dar a entender que este projeto parte com uma conclusão *a priori*, há que pelo menos ter em conta a maneira como, no panorama historiográfico internacional, o problema da cavalaria tem sido revisto. O ponto marcante é a publicação do famoso livro de Maurice Keen; *Chivalry*, em 1986, veio defender que a cavalaria foi uma força pujante e vibrante ao longo de toda a Idade Média, e por isso, mais do que declínio, o que acontece no desvanecer deste período histórico é uma transformação que apresenta a cavalaria através de contornos diferentes daqueles que exibira nos séculos XII ou XIII.⁸

Tendo presente a falta de uma ponderação mais ou menos exaustiva acerca da questão da cavalaria tardo-medieval, quer no que concerne ao debate – ainda atual e pertinente – entre as perspetivas de Huizinga e de Maurice Keen, quer ainda para melhor compreender a própria história de Portugal, este projeto arranca portanto com um conjunto de questões: qual era a importância dos ideais cavaleirescos em Portugal, no final da Idade Média? Em que consistiam de facto esses ‘ideais’? Como se estruturam os discursos em torno da cavalaria? Haveria de facto alguma ligação entre estes discursos e o ‘programa’ do reinado de D. Afonso V?

1. ESTADO DA ARTE

Contrariamente ao panorama historiográfico internacional, em Portugal as questões cavaleirescas continuam em grande parte por estudar.⁹ Se em França ou no mundo anglo-saxónico estes problemas começaram a ser abordados ainda no século XIX, merecendo visões renovadas ao longo da centúria seguinte e mesmo nos últimos anos, o assunto não obteve o mesmo tratamento por parte dos historiadores lusos.¹⁰

-1480”, em *A Monarquia Feudal*, coord. José Mattoso, vol. II da *História de Portugal*, dir. José Mattoso (Lisboa: Estampa, 1997), 423-424.

⁶ J. Huizinga, *The Waning of the Middle-Ages* (Londres: Penguin, 1990), 65-74.

⁷ Recorde-se que a primeira edição do seu famoso livro se fez na Holanda em 1919.

⁸ “Change, rather than decline”, Maurice Keen, *Chivalry* (Yale: Yale University Press, 2005 [1.^a edição de 1984]).

⁹ Em 2011, num estado da arte acerca do estudo da nobreza medieval portuguesa, José Mattoso, Leontina Ventura, Bernardo Vasconcelos e Sousa e José Augusto de Sottomayor-Pizarro apontaram o trabalho de Carlos Guilherme Riley (que adiante se citará) como caso único para o estudo das questões cavaleirescas – José Mattoso, Leontina Ventura, Bernardo Vasconcelos e Sousa e José Augusto de Sottomayor-Pizarro, “The medieval portuguese nobility”, em *The Historiography of Medieval Portugal*, dir. José Mattoso, 401-423 (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011).

¹⁰ Destaquem-se os principais estudiosos e as suas obras mais relevantes: Georges Duby, *La Société Chevaleresque* (Paris: Flammarion, 1988) e *Guillaume le Maréchal ou le meilleur chevalier du monde* (Paris: Fayard, 1984); Jean Flori, *L’Essor de la Chevalerie*, (Genève: Droz, 1986) e *Chevaliers et Chevalerie au Moyen Âge* (Paris: Fayard, 2010); Maurice Keen, *Chivalry* (Yale: Yale University Press, 2005 [1.^a edição de 1984]); Richard Barber, *The Knight and Chivalry*, (Woodbridge: Boydell, 1995 [1.^a edição de 1970]). Mais recentemente foram publicados outros trabalhos de destaque: Craig Taylor, *Chivalry and the Ideals of Knighthood in France during the Hundred Years War* (Cambridge University Press, 2013); Dominique Barthélemy, *La Chevalerie* (Paris: Perrin, 2012); Katie Stevenson, *Chivalry and the practices of Knighthood in Scotland, 1421-1513* (Cambridge University Press, 2006); Nigel Saul, *For*

Aliás, a mesma conclusão se pode retirar caso se compare o número de estudos levados a cabo em Portugal com aqueles que foram sendo publicados em Espanha.¹¹ Traçando um panorama geral, dir-se-ia que os tópicos investigados com suficiente profundidade pela historiografia portuguesa se elencam em quatro grupos. Em primeiro lugar, a ascensão social da figura do *miles*, estudada por José Mattoso.¹² Em segundo, o conhecimento estrutural da aristocracia portuguesa dos séculos XIII e XIV, e que permite situar hierarquicamente os cavaleiros e os escudeiros.¹³ Em terceiro, a análise dos elementos cavaleirescos presentes na literatura do final da Idade Média.¹⁴ Por último, destacam-se quer algumas biografias sobre afamados guerreiros portugueses, quer os trabalhos feitos sobre determinados episódios militares, ocorridos fundamentalmente no século XV.¹⁵ As sínteses disponíveis sobre a temática servem

Honour and Fame: Chivalry in England, 1066-1500 (Londres: Pimlico, 2012); Richard W. Kaeuper, *Chivalry and Violence in Medieval Europe* (Nova Iorque: Oxford University Press, 1999).

¹¹ Não se apresentará aqui uma simples enumeração do que foi sendo feito em Espanha, destacando-se apenas os estudos que poderão ter ligação direta com este projeto. Como síntese para as inúmeras obras que foram escritos sobre o tema em Castela no século XV, importa ter em conta o paradigmático estudo de Jesús Rodríguez Velasco, *El debate sobre la caballería en el siglo XV: La tratadística caballeresca castellana en su marco europeo* (Valladolid: Junta de Castilla y León, 1996). Este autor publicou ainda um livro sobre as confrarias e ordens de cavalaria em Castela no final da Idade Média: *Ciudadanía, Soberanía Monárquica y Caballería: Poética del Orden de Caballería*, (Madrid: Akal, 2009). Refiram-se também outros estudos sobre a questão da tratadística: José Luís Martín, “El Tratado de Caballería de Francesc Eiximenis,” *Norba* 16 (1996-2003): 295-331; José-Luis Martín e Luis Serrano-Piedecabras, “Tratados de Caballería. Desafíos, justas y torneos,” *Espacio, Tiempo y Forma*, Série III, tomo IV (1991): 161-242; Maria R. Osorio Domínguez, “El mundo de la caballería a través de la crónica de Don Pedro Niño,” *Norba* 13 (1993): 105-125; Maria Isabel Perez de Tudela Velasco, “La «dignidad» de la Caballería en el horizonte intelectual del siglo XV,” *En la España Medieval* 9 (1986): 813-829. Uma obra ‘clássica’ e de grande valor pertence ao célebre estudioso Martín de Riquer: *Caballeros Andantes Españoles* (Madrid: Espasa-Calpe, 1967). Neste livro o autor demonstra um profundo conhecimento deste assunto à escala ibérica e fornece muitos elementos e reflexões para o estudo do tema. Citem-se ainda trabalhos sobre justas e torneios (José Hinojosa Montalvo, “Torneos y Justas en la Valencia Foral,” *Medievalismo* 23 (2013): 209-240; Rosana Andrés Díaz, “Fiestas de caballería en la Castilla de los Trastámara,” *En la España Medieval* V (1986): 81-107) e sobre as implicações dos ideais cavaleirescos nos campos de batalha (Carlos Barros Guimerans, “Como Vive el Modelo Caballeresco la Hidalguía Gallega Bajo Medieval: Los Pazos de Probén,” *El Museo de Pontevedra* 43 (1989): 231-246; Fernando Castillo Cáceres, “Guerra o torneo?: la Batalla de Olmedo, modelo de enfrentamiento caballeresco,” *En la España Medieval* 32 (2009): 139-166 e “La Caballería y la Idea de la Guerra en el siglo XV: el Marqués de Santillana y la Batalla de Torote,” *Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales* 8 (1988): 79-110).

¹² José Mattoso, *Ricos-homens, Infâncias e Cavaleiros* (Lisboa: Guimarães Editores, 1985). Recentemente, a partir dos seus estudos acerca de Santarém, um artigo de Mário Viana trouxe mais elementos sobre o processo de fusão entre a “cavalaria de linhagem” e a cavalaria vilã na Estremadura, propondo até, para o contexto citadino, a utilização do termo “cavalaria urbana” como forma de melhor aglutinar as diferentes dinâmicas sociais e ideológicas que aí se tornam visíveis – Mário Viana, “Os cavaleiros de Santarém na segunda metade do século XIII,” em *Categorias Sociais e Mobilidade Urbana na Baixa Idade Média: entre o Islão e a Cristandade*, dir. Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria Filomena Lopes de Barros, 61-81 (Lisboa: Colibri, 2012).

¹³ Por ordem das épocas abordadas, citem-se as teses de doutoramento de Leontina Ventura, “A Nobreza de Corte de D. Afonso III” (Dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra, 1992), de José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas (1279-1325): Genealogias e Estratégias* (Porto: Universidade Moderna/ Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, 1999) e de Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis: percursos de uma Linhagem da Nobreza Medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV)* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000).

¹⁴ Albano Figueiredo, “Gomes Eanes de Zurara, cronista de cavaleiros e cavalarias,” em *De Cavaleiros e Cavalarias. Por terras de Europa e Américas*, dir. Marcia Mongelli, 2012: 49-56; “O ideal de cavalaria na crónica da Tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara” (Dissertação de Mestrado em Literatura Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996); “A Crónica Medieval Portuguesa: Génesis e Evolução de um Género (sécs. XIV-XV) – A dimensão estética e a expressividade literária” (Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005). Carlos Guilherme Riley, “Os Doze de Inglaterra: a ficção e a realidade” (Provas de aptidão Pedagógica e capacidade Científica, Ponta Delgada, 1988).

¹⁵ Miguel Gomes Martins, *Guerreiros Medievais Portugueses* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2013); Luís Miguel Duarte, “África,” em *Nova História Militar de Portugal*, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Lisboa: Círculo de Leitores, 2003), vol. I, 392-441; Tiago Viúla de Faria: “Pela ‘Santa Garrota’: Ofício cavaleiresco nas vésperas de Alfarrobeira,” em *XIV Colóquio de História Militar*:

essencialmente como boas introduções, não dispensando investidas mais aprofundadas.¹⁶

2. PROBLEMÁTICAS E ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO¹⁷

2.1. TÍTULO E PRIMEIRA PARTE: DEFINIÇÃO DE TERMOS POLISSÉMICOS

Não há, na língua portuguesa, nenhum termo que se aproxime aos substantivos *chivalry* ou *chevalerie*.¹⁸ Estas palavras, já usadas na Idade Média, contêm um sentido alargado: incluindo a ideia de cavalaria como uma honra e como um código de conduta, podem também aplicar-se à designação da categoria social dos cavaleiros. Não desaparecem, todavia, os termos *cavalry* ou *cavalier*, destinados aos corpos de guerreiros montados a cavalo, sem que essa função esteja associada a um modo específico de estar no mundo. Ora, a ausência em português de vocábulos idênticos a *chivalry* e *chevalerie* pode despertar alguns problemas interpretativos, pelo que importa precisar desde logo os elementos do título deste projeto. Por *cavalaria* entende-se precisamente essa definição ampla que engloba a perceção de que existia um grupo social assim designado, imbuído de uma função específica na sociedade, assim como a vigência de uma ideia de que a cavalaria era uma honra e uma forma de conduta específica, valorosa e própria dos grupos dominantes. Por *mundo cavaleiresco* entende-se os elementos que, ao nível cultural e ideológico, foram sendo encarregados de difundir essas ideias e de as inculcar no espírito dos homens.

É justamente tendo presente esta ambiguidade que se pretende conceber uma primeira parte sob o título “Cavalaria e Cavaleiros: definição de termos polissémicos”. Este bloco, mantendo ainda um cariz de certa forma introdutório, pretende definir os conceitos operatórios da dissertação e sintetizar os vários sentidos que as palavras *cavalaria* e *cavaleiros* assumem nos diferentes tipos de documentos. Nas fontes diplomáticas, o termo *cavaleiro* surge apostado ao nome de um indivíduo, cumprindo assim o objetivo de precisar a sua categoria social.¹⁹ Por outro lado, nas fontes de cariz

Portugal e os conflitos militares internacionais. Actas, 2, 61-86 (Lisboa, 2006); André Bertoli, “Modelos de Ação Bélica na Crónica de D. Duarte de Meneses – contexto, texto e representação,” *Mirabilia* 15 (2012): 171-20.

¹⁶ O livro de Edgar Prestage é a única obra do género mas está em muitos pontos ultrapassada (*A cavalaria medieval: ensaios sobre a significação histórica e influência civilizadora do ideal cavaleiresco* (Porto: Civilização, 1950). Nota para as páginas dedicadas ao tema por António José Saraiva, que são talvez as mais importantes e valiosas: *História da Cultura em Portugal* (Lisboa: Jornal do Fôro, 1950), vol. II, 543-591. Como boas introduções citem-se os artigos de A. H. de Oliveira Marques, “Cavalaria,” em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão (Porto: Livraria Figueirinhas), vol. II, 26-28 e, de José Mattoso, “Cavalaria,” em *Dicionário Ilustrado de História de Portugal*, coord. José da Costa Pereira, 116 (Lisboa: Alfa, 1985) e “Cavalaria,” em *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, org. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, 152-154 (Lisboa: Caminho, 1993). Neste momento tenho apenas conhecimento do trabalho desenvolvido por André Bertoli, que se encontra a elaborar a sua tese de doutoramento. Há alguns anos, este investigador terminou a sua tese de mestrado, que versou justamente sobre o período final da Idade Média: “O Cronista e o Cruzado: a revivescência do ideal da Cavalaria no Outono da Idade Média Portuguesa (Século XV)” (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009).

¹⁷ A estrutura que aqui se apresenta é meramente provisória, podendo sofrer alterações.

¹⁸ Que não se podem traduzir literalmente por *cavaleirismo*. Apesar de hoje em dia, em inglês, o equivalente a cavaleirismo ser *chivalry*, a verdade é que a referida palavra em português nunca surge nas fontes medievais, por oposição a *chivalry*, que, de resto, é utilizada nas várias aceções acima descritas.

¹⁹ Para a cronologia que interessa a este estudo, basta percorrer as coletâneas documentais para poder recolher inúmeros exemplos deste tipo. De resto, vários autores já alertaram para a dificuldade em precisar se os indivíduos classificados como cavaleiros pertencem aos escalões de base da nobreza ou ao topo do ‘terceiro estado’ (Luís Miguel Duarte, “Os melhores da terra (um questionário para o caso português),” em *Elites e Redes Clientelares: Problemas Metodológicos*, ed. Filipe Themudo Barata (Lisboa: Colibri/CIDEHUS-Universidade de Évora, 2001), 91-106. Tanto que, na sua síntese sobre a sociedade portuguesa do final da Idade Média, Oliveira Marques preferiu considerar os cavaleiros como pertencentes

narrativo e literário, a palavra é geralmente precedida de adjetivos positivos (“bom” ou “honrado”), com o intuito de proclamar o valor dos indivíduos a que se reportam – mesmo que, na terminologia jurídica, estes não se enquadrem no ‘escalão’ social dos cavaleiros, como é o caso da alta nobreza.²⁰

Também o vocábulo *cavalaria* se apresentou com vários sentidos. Se nos diplomas da chancelaria régia o termo se reporta quase sempre às ordens militares, o século XV marca o tempo em que, nos textos de caráter jurídico, tratadístico e narrativo de lavra portuguesa, a cavalaria nos surge definitivamente enquanto figura *per se*, apresentada como uma categoria comportamental e ideológica própria dos grupos privilegiados. Nesse sentido, há também que precisar outras palavras que, neste tipo de documentos, surgem associadas ao termo *cavalaria*. É o caso de *honra* ou *ordem*. É intenção deste estudo analisar as questões de âmbito lexicológico, tentando perceber melhor o significado destes conceitos na época e procurando, também por essa via, definir mais concretamente os termos operatórios do trabalho.

2.2. D. AFONSO V: HERDEIRO DE UMA EDUCAÇÃO CAVALEIRESCA DA ÍNCLITA GERAÇÃO

O segundo capítulo focar-se-á essencialmente na figura de D. Afonso V, entendendo-o como herdeiro de uma educação cavaleiresca da responsabilidade dos membros da *Ínclita Geração*. Não se trata de um capítulo com propósitos biográficos – embora importem naturalmente as principais etapas da vida do monarca e a imagem que recolheu e que dele foi sendo construída – mas sim uma parte em que interessa analisar a representação de uma figura que teria “aceso ardor de autos cavalleirosos”.²¹ Entusiasmo próprio de uma época e também de um gosto pessoal, certamente, mas que não se pode desligar das influências herdadas por via dos Infantes filhos de D. João I. Por essa razão, além de rastrear a imagem que D. Afonso V foi recolhendo na sua época enquanto rei “com vontade de pelleiar” e “famoso e honrado cavaleiro”,²² pretende-se estudar o tratamento que a cavalaria foi recebendo nos diversos escritos da lavra dos membros da *Ínclita Geração*. Pela mão de D. Duarte o assunto é abordado em alguns trechos do *Leal Conselheiro*, além do singular e afamado *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar toda a Sela*.²³ Dos seus irmãos D. Henrique e D. João chegaram-nos pareceres escritos a propósito das campanhas no Norte de África; o documento da autoria de D. João, ponderado a relação entre o siso e a cavalaria é talvez, de todos, o mais rico e esclarecedor.²⁴

ao “Povo”, e não à nobreza: *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Presença, 1987), 261-266.

²⁰ Como é o caso de D. Pedro de Meneses, descrito como “um dos homrados cavaleiros do mundo”, Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, ed. Maria Teresa Brocado (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997), cap. LXXI, 524.

²¹ Rui de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, em *Crónica de Rui de Pina*, ed. Manuel Lopes de Almeida (Porto: Lello & Irmão, 1977), 704.

²² Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, ed. Larry King (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2006), cap. CLIV, 352. Por outro lado, é também relevante o retrato projetado em textos estrangeiros: quer aqueles que foram escritos depois de contatos diretos com o rei, como foi o caso do cavaleiro borgonhês Jacques Lallaing (Colette Beaune ed., “Le livre des faits du con chevalier messire Jacques de Lalaing”, em *Splendeurs de la Cour de Bourgogne*, dir. Danielle Réginer-Bohler, 1275-1285 (Paris, Robert Laffont, 1995), como também a visão que o monarca recolheu na época, nomeadamente através daqueles que foram sabendo dos seus feitos e que o admiravam; é o caso de Diego de Valera, que dedicou o *Trato das Armas* ao monarca português.

²³ Dom Duarte, *Leal Conselheiro*, ed. João Dionísio (Universidade de Wisconsin/Universidade de Lisboa, 2012), consultado em 12-03-2015, disponível em: <http://digital.library.wisc.edu/1711.dl/IbrAmerTxt.LealConsel>; Dom Duarte, *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sela*, ed. Joseph Piel (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986).

²⁴ Dom Duarte, *Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, eds. João José Alves Dias e A. H. de Oliveira Marques (Lisboa: Estampa, 1982), 43-49.

Estes textos são importantes não apenas pelas ideias que propõem, mas também pelas pistas que nos dão acerca de um conjunto de práticas que seriam seguidas naquela época. Numa perspetiva mais global, conseguimos aceder à opinião que as esferas dirigentes do reino tinham acerca da ideia de cavalaria, o que é de suma importância pois, nos séculos finais da Idade Média, desenvolveu-se uma perspetiva de ‘cavalaria de corte’.

2.3. A CORTE RÉGIA ENQUANTO ESPAÇO DE DIFUSÃO DE UMA IDEIA DA CAVALARIA AO SERVIÇO DE DEUS E DO REI

Por ‘cavalaria de corte’ entende-se a construção teórica em torno da cavalaria emanada da corte régia, utilizando-a, de resto, como instrumento de dominação política.²⁵ O Portugal tardo-medieval tem essencialmente na corte do rei o grande espaço difusor da ideologia cavaleiresca. Nenhum paço senhorial se mostrou apto a escrever e a fazer perdurar uma proposta diferente acerca da cavalaria, nem tampouco terá sido capaz de celebrar ou de deixar memória de eventos como justas numa escala de magnificência equiparável à da corte do rei. As décadas iniciais da dinastia de Avis foram um momento fulcral na construção teórica da cavalaria, tal como ela foi entendida na Europa de finais do medievo. Os valores defendidos nos diferentes textos aí produzidos – as crónicas, os pareceres ou as *Ordenações Afonsinas* – colocavam a obediência e lealdade ao rei em primeiro lugar – rei, esse, que se afirmava como “cabeça da cavalaria”.²⁶ O exercício da violência por parte dos cavaleiros, expressa naquela que deveria ser a virtude da *fortaleza*, teria que estar ao serviço do monarca e da *República*, defendendo-a e acrescentando-a. A simbologia cavaleiresca, expressa nos seus ideais, nas suas práticas e até no próprio efeito visual de eventos como justas, tornara-se numa forma de comunicação política.²⁷ Por tudo isto, importa estudar os elementos que difundiram estas ideias.

Em primeiro lugar, as justas. Contrariamente aos violentos torneios dos séculos XII e XIII, fortemente perseguidos pela Igreja e proibidos por diferentes concílios, as justas do final da Idade Média apresentam-se sob uma matriz muito distinta.²⁸ Mais reguladas, frequentemente disputadas com armas *a plaisance*, assumiam sobretudo uma carga espetacular e lúdica, ainda que os riscos físicos não tivessem desaparecido. Estes eventos asseguravam desde logo uma forma de treino no manuseamento das armas e do cavalo. Deveriam como tal ser organizados com alguma regularidade, associados a outro tipo de jogos marciais.²⁹ O *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sela*, escrito na primeira pessoa, é um testemunho pormenorizado sobre como justar e atesta uma experiência alargada no domínio do cavalo e no enfrentamento dos competidores na liça. Para além deste intuito mais prático, há que ter em conta, e nomeadamente em ocasiões de especial solenidade, a organização de justas enquanto

²⁵ Utiliza-se o estudo de Rita Costa Gomes enquanto guia fundamental para a compreensão da importância e dos mecanismos de funcionamento da corte régia neste período: *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média* (Lisboa: Difel, 1995).

²⁶ *Ordenações Afonsinas*, (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998), título LXIII, 364.

²⁷ Particularmente visível ao nível dos grandes eventos diplomáticos, como casamentos entre coroas de diferentes nações. Vejam-se o estudo de Katie Stevenson sobre a manipulação da cavalaria por parte dos monarcas escoceses: “Contesting Chivalry: James II and the control of chivalric culture in the 1450s,” *Journal of Medieval History* 33:2 (2007): 197-214.

²⁸ As principais sínteses sobre o tema são: David Crouch, *Tournament* (Bloomsbury Academic, 2007); Richard Barber e Juliet Barker, *Tournaments: Jousts, Chivalry and Pageants in the Middle Ages* (Boydell Press, 2013); Sébastien Nadot, *Le Spectacle des Joutes: Sport et courtoisie à la fin du Moyen Âge* (Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2012).

²⁹ Esta seria uma prática regular, ligada à corte régia mas também a cortes senhoriais e aos ambientes concelhios – João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal no Final da Idade Média* (Lisboa: Editorial Notícias, 1998), 411-439. Conhece-se igualmente a presença regular de portugueses em feitos de armas e justas realizadas no estrangeiro.

espetáculos com propósitos políticos e diplomáticos.³⁰ A cavalaria era então utilizada como uma forma de linguagem simbólica, como um meio de expressar a grandeza do monarca e das elites dirigentes do reino: face a rivais internos, ou face a amigos ou potenciais inimigos estrangeiros.

Embora os vestígios destas celebrações em Portugal não sejam muito numerosos, legam-nos todavia elementos suficientes para serem estudados com algum pormenor. O relato das festas celebradas aquando do casamento e partida da Imperatriz D. Leonor é de longe o documento mais completo.³¹ Ainda assim, insere-se numa tradição que se repetiu ao longo desta centúria: em 1428, o então Infante D. Duarte já havia organizado justas aquando do seu casamento, e, em 1490, D. João II faria o mesmo nas comemorações do matrimónio do Infante D. Afonso.

Mas a corte era também um local de conhecimento e difusão dos textos que mais proclamavam a ideologia cavaleiresca: desde logo o romance arturiano, mas também a cronística quatrocentista.³² Gomes Eanes de Zurara, cronista-mor durante o reinado de D. Afonso V e também já apelidado “cronista da nobreza”, estava profundamente influenciado pelos modelos cavaleirescos.³³ Nesse sentido, julgo ser pertinente pensar a sua obra historiográfica sob o ponto de vista do contexto de produção, da estrutura dos diferentes textos e da maneira como eles seriam recebidos e conhecidos pelos contemporâneos.³⁴ Nesta altura, a obra de Zurara parece destinada a veicular uma mensagem, enquadrada no ‘projeto’ político do reino e no quadro de valores que o monarca professaria e que presumivelmente pretenderia sugerir aos seus vassallos. O estilo grandiloquente com que são relatados os feitos no Norte de África e na Guiné teria como fito galvanizar os portugueses em torno das ideias de cruzada e expansão, mas também serviria para cimentar uma visão da cavalaria ao serviço do rei. Esta teorização insere-se num amplo e pujante movimento próprio da época. Em Castela e em Aragão, para além das crónicas, também uma série de textos tratadísticos e legislativos abordaram a questão da cavalaria.³⁵ Em Portugal, para além da obra de Zurara, importam na abordagem a este ponto os já mencionados escritos da lavra dos membros da *Ínclita Geração*, somados a outros que ao longo do reinado afonsino foram sendo solicitados a propósito da continuação ou não da guerra em África,³⁶ mas

³⁰ Para o panorama ibérico ver Hinojosa Montalvo, “Torneos y Justas en la Valencia Foral,” 209-240 e Andrés Diaz, “Fiestas de caballería en la Castilla de los Trastámara,” 81-107. Veja-se também Nadot, *Le Spectacle des Joutes*, 273-310.

³¹ *Diário de Viagem do Embaixador Lanckman de Valckenstein*, ed. Aires A. Nascimento, colab. Maria João Branco e Maria Lurdes Rosa (Lisboa: Edições Cosmos, 1992) e Rui de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Affonso V*, 759-761.

³² Constando por exemplo na biblioteca do rei D. Duarte (*Livro dos conselhos de el-rei D. Duarte*, 207).

³³ Figueiredo, “A Crónica Medieval Portuguesa,” 466-517. A propósito da *Crónica da Tomada de Ceuta*, terminada em 1450, diz António José Saraiva: “Mas acresce que a própria Crónica geral do reino, após a aposentação ou despedimento de Fernão Lopes, está impregnada deste espírito nobiliárquico, e pode considerar-se uma colecção de feitos pessoais. De acordo com o espírito da nova corte, que a partir de Alfarrobeira se tornou o instrumento da nobreza triunfante, a Crónica geral do reino desviando-se da orientação que lhe imprimira Fernão Lopes converte-se na crónica dos cavaleiros da Távola redonda da corte. Assim é que a 3.^a parte da Crónica de D. João I, de Zurara, também chamada *Crónica da Conquista de Ceuta*, deve na realidade considerar-se uma crónica dos feitos do infante D. Henrique na conquista da cidade.”, em Saraiva, *História da Cultura em Portugal*, vol. II, 547-548.

³⁴ Eis as obras e as edições que utilizarei: *Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista de Guiné por mandado do infante D. Henrique*, ed. Torquato de Sousa Soares (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1997); *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, ed. Larry King (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1997); *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, ed. Maria Teresa Brocado (Lisboa: Gulbenkian, 1997).

³⁵ Sendo, aliás, uma forma de discutir os inúmeros problemas políticos que estes reinos atravessaram no século XV. Sublinho a importância do já citado estudo de Jesús Rodríguez Velasco como síntese compreensiva desta questão (*El Debate sobre la Caballería en el Siglo XV*), a par de outros artigos a que fiz referência na introdução do presente artigo.

³⁶ Os pareceres do marquês de Vila Viçosa e do Infante D. Fernando em 1460: *Monumenta Henricina*, ed. António Joaquim Dias Dinis (Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1972), vol. 13, 293-325.

também um documento em particular: o título dos cavaleiros nas *Ordenações Afonsinas*.³⁷ Este título foi praticamente copiado do famoso título XXI da *Segunda Partida*. No entanto, creio que será pertinente contrapor ambos os textos e perceber as dissonâncias que entre eles existem – que, apesar de serem poucas, são contudo relevantes. Além disso, será ainda interessante comparar uma série de tópicos tratados no título (a origem da cavalaria, o porquê dos seus privilégios, a sua função na sociedade) com o que outros textos – nomeadamente castelhanos – prescreveram acerca dos mesmos assuntos.

No final da Idade Média, a cavalaria tornara-se a forma de expressão ideal para proclamar a honra do rei, do reino e dos seus fidalgos, sendo como tal uma espécie de mecanismo de relação entre o monarca e os diferentes estratos que compunham a orgânica sociopolítica da terra. Este contexto traduziu-se, de entre outras coisas, na proliferação de ordens seculares e honoríficas de cavalaria. Sendo frequentemente de fundação régia, eram organizações cujos estatutos promoviam uma série de valores e obrigações, tais como a superioridade do monarca e a necessidade de lhe ser leal e obediente.³⁸ Se é certo que se conhecem vários exemplos de cavaleiros portugueses que mereceram a Jarreteira ou o Tosão de Ouro, a verdade é que, tanto quanto se sabe, nenhuma organização do género foi criada em Portugal. A *Ordem da Torre e da Espada*, cuja existência foi dada como adquirida por Oliveira Marques, permanece todavia numa situação misteriosa, uma vez que a primeira referência documental à dita ‘ordem’ surge quase cem anos depois da sua eventual criação, e pela mão de um castelhano.³⁹ De resto, essas mesmas notícias parecem dar a entender que o que se julgou ser uma ordem poderá não ter passado de um voto cavaleiresco feito entre o rei e alguns fidalgos, tendo no horizonte a destruição do reino de Fez; aliás, este género de votos foi muito frequente na época, tendo até, em boa parte dos casos, implicações e conotações cruzadísticas.⁴⁰

2.4. O IDEAL DE CAVALARIA PARA OS DIFERENTES GRUPOS SOCIAIS

Apesar de a ideologia cavaleiresca ser por definição algo de *elitista*, na medida em que, no conjunto da sociedade, poucos seriam os que transportavam essa designação, assim como poucos seriam também os que pudessem reclamar conscientemente uma identificação com esses valores, a verdade é que há, dentro desta *elite*, muitas diferenças hierárquicas. Os reis, a alta e média aristocracia, assim como as ‘híbridas’ figuras dos cavaleiros, poderiam reclamar serem bons e honrados guerreiros; mas o que significa verdadeiramente ser um bom e honrado cavaleiro? Terá sempre o mesmo valor independentemente da importância do sujeito? Os primeiros indícios parecem apontar que não. Por exemplo, a cronística salienta a aparente dicotomia entre ser bom cavaleiro e ser bom comandante; o primeiro dever-se-ia entregar a feitos arriscados, quase suicidas, enquanto o segundo, não deixando no entanto de mostrar a necessária *fortaleza* no momento certo, deveria, ante a sua posição social e importância na cadeia de comando, resguardar-se um pouco mais.⁴¹

Creio que esta primeira diferença apontada na cronística deverá servir de mote para explorar o problema com maior profundidade. Por isso, pretende-se analisar a vivência dos valores da cavalaria por parte do rei, da alta e da média aristocracia, e também dos cavaleiros – fidalgos ou aquantiados – que, pelas armas, ambicionavam

³⁷ *Ordenações Afonsinas*, título LXIII, 368-372.

³⁸ Cite-se, a este nível, a síntese elaborada por Jonathan D’Arcy Boulton, *The Knights of the Crown: The Monarchical Orders of Knighthood in Later Medieval Europe 1325-1520* (Boydell Press, 2000).

³⁹ A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, 260-261; *A Ordem Militar Portuguesa da Torre e da Espada: Subsídios para a sua História*, coord. Maria Alice Serrano e Segismundo de Saldanha (1996), 9-65.

⁴⁰ Keen, *Chivalry*, 200-219.

⁴¹ As obras de Gomes Eanes de Zurara e de Rui de Pina salientam várias vezes esta dicotomia.

progredir na escala hierárquica, em honra e proveito. Se nesta altura do trabalho já se disporá de uma ideia acerca da conceção teórica da cavalaria (tratada nos capítulos anteriores), então importa agora tentar comparar esse quadro com outro tipo de fontes: os relatos fornecidos pela crónica produzida no e sobre o reinado de D. Afonso V,⁴² assim como as informações que, embora por vezes não tão descritivas mas não menos elucidativas, nos vão sendo fornecidas através da documentação de carácter diplomático ou de epitáfios tumulares.⁴³ As notícias e descrições de episódios militares serão à partida as mais relevantes, sendo que as características propriamente bélicas (a demonstração de honra, coragem e fortaleza) assumem uma relevância transversal aos diversos estratos sociais mencionados.⁴⁴

3. CONCLUSÃO

No início do texto aludiu-se sinteticamente à caracterização que o reinado de D. Afonso V foi merecendo. A ética cavaleiresca que aparentemente tanto caracterizou o monarca e largos setores da sociedade foi vista, na senda da tese de Huizinga⁴⁵, como uma revivescência fora de época. Contudo, Maurice Keen defendeu que o apego demonstrado pelos homens do final da Idade Média relativamente à cavalaria era sinal da capacidade de adaptação desta ‘instituição’ social, política e ideológica⁴⁶. De facto, a cavalaria dos séculos XIV e XV era já em muitos aspetos diferente daquela que

⁴² As já citadas obras de Gomes Eanes de Zurara e a *Crónica de D. Afonso V*, da autoria de Rui de Pina. Incluo também neste lote o *Livro de Linhagens* da autoria de Damião de Góis, editado recentemente. Esta obra, mantendo a tradição dos nobiliários medievais, tem a virtude de conter um número significativo de relatos entremeados com a enumeração genealógica: Damião de Góis, *Livro de Linhagens de Portugal*, ed. António Pestana de Vasconcelos (Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 2014).

⁴³ Recorrer-se-á sobretudo a documentação editada em coletâneas documentais. Tenho aproveitado para percorrer estas obras durante o presente ano letivo, criando uma base de dados onde estão compiladas as referências aos documentos com especial interesse. Até ao momento foram selecionados documentos das seguintes coletâneas: *Monumenta Henricina* (Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974), 14 vols.; *Descobrimientos Portugueses: documentos para a sua história*, ed. João Martins da Silva Marques (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988), 5 vols.; *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, dir. Pedro Azevedo (Lisboa: Academia das Ciências, 1915-1934), 2 vols.; D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Coimbra: Atlântida, 1946-1954), 12 vols. (foram selecionados documentos com interesse sobretudo nos tomos I, II e III). Ao nível de fontes inéditas, está prevista a consulta de capítulos de cortes. Através dos sumários elaborados por Armindo de Sousa, procedeu-se à seleção dos capítulos gerais com interesse para este estudo (Armindo de Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)* (Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990), vol. II). Os capítulos das cortes de 1472-73 foram publicados recentemente na tese de mestrado de Diogo Dias, “As Cortes de Leiria e Évora de 1472-73: Subsídios para a História Parlamentar Portuguesa” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014). Para as cortes de 1442, 1455 e de 1459 consultar-se-ão os originais. Para os epitáfios tumulares aproveita-se o levantamento feito por Luís Filipe Pontes na sua tese de mestrado: “Do mundo da corte ao mundo da memória - subsídios para o estudo da mentalidade cavaleiresca da nobreza portuguesa, 1400-1521” (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008).

⁴⁴ No entanto, surgem outros pontos que afetam a aristocracia e os populares em particular. Atendendo ao contexto de guerra e cruzada no Norte de África, palco ideal para as façanhas guerreiras e para a sua glorificação, há que tentar aferir a importância da dimensão bélica para a concessão de títulos nobiliárquicos e de nobilitações. As cartas de brasão de armas são os documentos que melhor ilustram este género de casos, uma vez que descrevem frequentemente a participação em determinadas campanhas militares. Para o reinado de D. Afonso V encontramos uma carta publicada em *Cartas de Brasão de Armas*, ed. Nuno Gonçalo Pereira Borrego (Lisboa: Guarda-Mor, 2003), 362, e outras duas em Visconde de Sanches de Baena, *Archivo Heraldico-Genealogico* (Lisboa: Typographia Universal, 1872), vol. I. De momento estou a tentar averiguar se existem mais documentos publicados. Ainda assim, caso não os haja, disponho pelo menos da referência dos originais, constantes nos *Livros dos Místicos da Leitura Nova*. Sobre a titulação na segunda dinastia usarei como guia o artigo de Luís Filipe Oliveira e de Miguel Jasmins Rodrigues, “Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza: a titulação na 2ª dinastia,” *Revista de História Económica e Social* 22 (1988): 77-114.

⁴⁵ Huizinga, *The Waning of the Middle-Ages*, 65-74.

⁴⁶ Keen, *Chivalry*, 239.

despontou algures entre o XI e o XII, mas nem por isso dispunha de menos força nem se tornara irrelevante. Mas a verdade é que do reinado de D. Afonso V ficou a imagem de um ultrapassado apego aos valores senhoriais e cavaleirescos, e da adesão a quimeras irrealizáveis e politicamente pouco rentáveis. Pronunciando-se acerca da maneira como o monarca lidou com os desmandos do 2.º conde de Marialva, Braamcamp Freire afirmou que a permissividade do rei perante o comportamento da alta fidalguia era um reflexo de como tinham sido os anos “do bonacheirão D. Afonso V”, tão desastrosos que só a “mão de ferro de D. João II”⁴⁷ poderia resolver o problema. O rei ficou portanto na sombra do seu filho, concebido pelo devir histórico como o *Príncipe Perfeito*, símbolo do pragmatismo político que abraçava a modernidade e que contrariava, finalmente, o regresso ao passado encarnado pelo pai. O *Africano* era uma espécie de príncipe perdido no tempo. Contudo, uma breve observação do resto da Europa mostra-nos que, pelos vistos, o monarca não estaria assim tão isolado na maneira como viveu o tempo dito ‘atrasado’. Como tal, o fim último deste estudo orienta-se para uma questão basilar: D. Afonso V e o reino de Portugal viveriam, de facto, numa realidade anacrónica?

⁴⁷ Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973), vol. III, 279.